



Três comissões iniciam análise da Lei Geral da Copa

Projeto que disciplina os direitos comerciais da Fifa sobre a Copa de 2014, aprovado na Câmara, foi lido ontem no Senado e vai tramitar nas comissões de Assuntos Econômicos, de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania

A proposta da Lei Geral da Copa aprovada na Câmara, na quarta-feira, em forma de substitutivo, foi lida ontem em Plenário e encaminhada para tramitação simultânea em três comissões. Entre outras exigências, o texto aprovado pelos deputados determina que a liberação

da venda de bebidas alcoólicas nos estádios seja negociada pela Fifa com cada estado, que 10% dos ingressos nos jogos da Seleção Brasileira tenham preços populares e que haja cota de 1% para pessoas com deficiência. As regras valem também para a Copa das Confederações de 2013. **2**

Violência avança no Distrito Federal

Com 70 homicídios por 100 mil habitantes, os índices no Entorno do Distrito Federal superam o dobro da média nacional, de 26 homicídios por 100 mil habitantes.

A informação foi dada ontem pelo senador Rodrigo Rollemberg, durante audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **6**



Fernando Freitas

especial
Cidadania

SUS também oferece ajuda de transporte para incentivar pré-natal

Novos exames oferecidos pelo SUS visam diminuir riscos de mães e bebês

Dos 24 exames pré-natais realizados pelo SUS, 15 foram adotados recentemente com a criação da Rede Cegonha, programa

do governo para qualificar a assistência à gestante. Entre as novidades, está o controle da pressão arterial da mãe. **4 e 5**

DEM abrirá processo para expulsar Demóstenes **3**



José Cruz/Agência Senado

Entre autoridades de segurança, Rollemberg (3º à esq.) coordena o primeiro debate de ciclo de desenvolvimento sustentável

Desoneração da folha é criticada em debate



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Participantes de debate da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa defenderam ontem a garantia de manutenção de empregos como contrapartida pela desoneração da folha de pagamentos das empresas anunciada no ano passado pelo governo. **7**

José Augusto (Fórum Sindical), Eduardo Pereira (Ministério da Previdência), Paulo Paim e Zilmara Alencar (Ministério do Trabalho)

Senadores lembram os 48 anos do golpe militar de 1964 **8**

Há 15 anos, Brasília começava a respeitar a faixa de pedestres **8**

Prazo maior para comprar novo imóvel sem pagar Imposto de Renda **2**

Aprovado na Câmara, projeto que disciplina direitos comerciais da Fifa sobre a Copa do Mundo de 2014 foi lido ontem no Plenário do Senado e vai tramitar simultaneamente em três comissões



Fila no Beira-Rio, em Porto Alegre, uma das sedes: 10% dos ingressos em jogos do Brasil deverão ter preços populares

Três comissões analisam projeto da Lei da Copa

FOI LIDO ONTEM, em Plenário, o projeto da Lei Geral da Copa, que disciplina os direitos comerciais da Fifa na realização da Copa do Mundo de 2014 e estabelece privilégios temporários para a entidade e seus associados durante o evento. A matéria foi encaminhada para tramitação simultânea nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLC 10/12) foi votada na Câmara na quarta-feira. Os deputados aprovaram o substitutivo do relator da matéria, deputado Vicente Candido (PT-SP), depois de inúmeras polêmicas, entre as quais a que se refere

à permissão ou não da venda de bebidas alcoólicas nos estádios. O texto aprovado na Câmara determina que a liberação da venda dessas bebidas terá de ser negociada pela Fifa com cada estado.

Análises publicadas pela imprensa indicam que os estados tendem a ceder às pressões da Fifa, já que a Copa é patrocinada pela cerveja Budweiser, marca da InBev, empresa com presença brasileira na sua direção.

Outro ponto polêmico, inicialmente contestado pelo governo, foi a inserção de cláusula que atribui à União a responsabilidade por danos causados à Fifa, por ação ou omissão, inclusive os decorrentes de incidentes

ou acidentes de segurança relacionados aos eventos. Se os danos forem causados por terceiros, a União indenizará a Fifa e terá de buscar a reparação posterior do responsável.

O texto inclui a exigência de que 10% dos ingressos nos jogos da Seleção Brasileira tenham preços populares e que haja cota de 1% para pessoas com deficiência. Também haverá meia-entrada para idosos.

Quando a anúncios e comércio nos estádios, a lei assegura à Fifa exclusividade de divulgação, propaganda, venda e distribuição de produtos, serviços e marcas em um raio de até dois quilômetros. As regras valem também para a Copa das Confederações, que o Brasil sediará em 2013.

Raupp pede retomada da exploração de metais estratégicos



Valdir Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu que o Brasil retome o processo de exploração de terras raras, grupo de 17 elementos químicos usados em monitores, baterias, celulares e tablets.

As terras raras são, atualmente, alvo de uma disputa comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC). A China, detentora de mais de 90% da produção desses elementos, tem elevado exponencialmente seus preços.

O senador lembrou que o Brasil já foi o maior produtor mundial desses elementos, no início do século 20, e que ainda há muitas reservas inexploradas no país.

Ferraço quer acelerar debate sobre ICMS no comércio eletrônico



Ricardo Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) destacou a necessidade de acelerar a regulamentação do ICMS nas operações de comércio eletrônico. Ele lembrou que a legislação precisa ser atualizada, uma vez que na época da formulação da Constituição de 1988 não existia essa transação.

O senador quer levar para debate na Comissão de Assuntos Econômicos a PEC 113/11, de Lobão Filho (PMDB-MA), que tem como principal objetivo permitir o rateio do ICMS entre estados de origem e de destino no comércio eletrônico. Hoje todo o imposto fica para o estado de origem.

Para Russo, hospital de Barretos trata com “dedicação e carinho”

Antonio Russo (PR-MS) falou, em discurso, da atuação e da qualidade do atendimento do Hospital de Câncer de Barretos (SP), que na semana passada inaugurou uma unidade infantojuvenil em parceria com duas instituições americanas.

— Ficamos profundamente comovidos ao constatar a

dedicação e o carinho dos funcionários, fundamentais para a valorização da vida. Ali, a experiência humana ganha uma grandeza que nos enche de esperança

O senador disse que o Hospital de Câncer de Barretos vem encantando brasileiros que hoje contribuem para o crescimento e a viabilidade da



De acordo com Antonio Russo, Hospital de Câncer de Barretos é referência

instituição, que realiza 3.500 atendimentos diários, todos pelo Sistema Único de Saúde.

Comissão vota projeto que amplia prazo de isenção do IR para compra de nova casa

Entre os dez itens da pauta a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votará hoje, está projeto do ex-senador Papaléo Paes que amplia o prazo de isenção do Imposto de Renda incidente sobre o ganho de capital decorrente da venda de imóvel residencial, caso o contribuinte adquira outro imóvel residencial (PLS 21/09).

O prazo para a aquisição do novo imóvel, hoje de 180 dias, é ampliado para 365 dias.

O relator da matéria, que tem decisão terminativa na CAE, é Eduardo Suplicy (PT-SP).

O relator argumenta que “o alto valor monetário do imóvel residencial, o rigor documental exigido nas operações de compra e venda e o número de pessoas envolvidas tornam a transação com imóveis um procedimento complexo, que

muitas vezes não se resolve no exíguo prazo de 180 dias”.

Para Suplicy, o projeto “ajusta a Lei do Bem à realidade do mercado”.

Outra proposta em caráter terminativo na CAE é o PLS 345/06, de Cristovam Buarque (PDT-DF).

O projeto concede isenção do Imposto de Importação, do PIS e da Cofins incidentes sobre a importação de instrumentos musicais.

A matéria foi aprovada na Comissão de Educação, mas tem parecer contrário do relator na CAE, Armando Monteiro (PTB-PE).

O relator argumenta que o projeto, “apesar de bem intencionado, incentiva fortemente a importação de instrumentos musicais, concedendo a estes, ainda que tenham similar nacional, vantagem comparativa injustificável”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Aposentadoria de pessoa com deficiência

14h Na pauta, projeto de lei da Câmara (PLC 40/10 — Complementar) que trata da concessão de aposentadoria especial para a pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

CMA Preparação para a Rio+20

8h30 “Economia da sustentabilidade” é o tema do ciclo de debates de preparação para a Rio+20. Foram convidados, entre outros, o presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Mariano Laplane. Após a audiência pública, a comissão examina projeto que institui uma semana de educação ambiental a cada ano nas escolas de ensino fundamental e médio.

CAE Isenção de taxa para educação superior

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que determina isenção de taxas de inscrição nos processos seletivos em cursos de instituições federais de educação superior para estudantes de famílias pobres que recebem benefícios de programas sociais. Outra proposta isenta do Imposto de Importação e do IPI a aquisição, fabricação e comercialização das impressoras de caracteres braille.

CE Proni

11h Um dos projetos em análise pela Comissão de Educação permite aos estudantes de cooperativas educacionais a participação no Programa Universidade para Todos (Proni). Também na pauta proposta que dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos públicos de educação infantil durante as férias escolares.

CDR Plano diretor de municípios

14h Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para análise de projetos, entre os quais o que altera o Estatuto da Cidade para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do plano diretor e de outras normas dele decorrentes.

Galeria das Senadoras Ivonete Dantas

15h Colocação de retrato da senadora Ivonete Dantas na Galeria das Senadoras da República.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Requião quer solução pacífica para as Malvinas

As Ilhas Malvinas são da Argentina e o caminho para sua retomada é a pressão política que favoreça uma solução pacífica para o conflito com a Grã-Bretanha, afirmou Roberto Requião (PMDB-PR), em discurso acompanhado pelo embaixador argentino, Luis María Kreckler.

Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), o senador conclamou os demais parlamentares a assinar declaração de apoio à causa

da Argentina, cujo governo promoveu hoje, em Ushuaia, ato pela soberania das ilhas, 30 anos após o início do conflito vencido pelos britânicos.

A Declaração de Apoio à República Argentina pelas Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, a ser levada à reunião do Parlasul dia 13, em Montevidéu (Uruguai), sustenta que a causa é de toda a América Latina e da comunidade internacional.

— Antes, foram a borracha, o ouro, a prata, as madeiras preciosas. Hoje, as reservas petrolíferas do nosso subsolo continental, oceânico, e as imensas riquezas pesqueiras de nossos mares — afirmou.

Requião disse ainda que o Parlasul tem sido um espaço privilegiado da manifestação da solidariedade aos argentinos na questão das Malvinas.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apoiaram a declaração.



Senador pede assinatura para declaração de apoio à Argentina

Cícero anuncia comissão para fiscalizar transposição

A transposição de águas do rio São Francisco está “andando a passos de jabuti e já custa 80% acima do inicialmente previsto”, afirmou Cícero Lucena (PSDB-PB). O senador lembrou que foi autorizada, a seu pedido, a criação de uma comissão temporária para acompanhar e fiscalizar os atos, normas e iniciativas relacionadas às obras.

— A comissão trabalhará incansavelmente para averiguar se as obras estão sendo feitas com a transparência, a eficiência e, acima de tudo, a lisura que se espera de todos os atos que envolvam o dinheiro público. Haverá audiências públicas e visitas para acompanhamento presencial das obras — disse. Segundo Cícero, o orçamento



Cícero: “Incompetência, má gestão e descaso atrasam e encarecem a obra”

to inicial da transposição, que era de R\$ 4,6 bilhões, já foi reajustado três vezes desde 2007. A estimativa hoje é de R\$ 8,18 bilhões. O eixo leste da obra deveria ter sido entregue em 2010, mas nem metade foi executada. No eixo norte, que deveria ficar pronto até o final deste ano, menos de 20% da obra está pronto.

Blairo destaca usina que produz álcool de cana e de milho

Blairo Maggi (PR-MT) comemorou experiência em Mato Grosso para adaptar uma usina de cana-de-açúcar à fabricação de etanol a partir de milho. A ideia é usar o cereal, principal matéria-prima do etanol nos Estados Unidos, para fabricar combustível na entressafra da cana.

— Faço um convite para uma visita a essa usina que se denominou de usina flex.

Para o senador, o milho produzido nas regiões Norte e Centro-Oeste não tem competitividade para exportação, a não ser quando



Blairo Maggi comemora o sucesso da chamada usina flex

os mercados estão muito favoráveis, motivo pelo qual se justificaria o uso para a produção de etanol.

Blairo explicou que serão feitos mais testes para conhecer a eficiência real da adaptação das usinas antes de expandir a experiência ao restante do estado e do Brasil.

Anúncio da abertura de processo foi feito pelo presidente do partido, José Agripino; em discursos, Ana Amélia e Eduardo Suplicy pediram que o Senado apure a conduta do representante de Goiás



Ana Amélia lembra que senador pregava fim da corrupção



Eduardo Suplicy diz que Demóstenes precisa falar na tribuna

DEM abrirá processo para expulsar Demóstenes

O PARTIDO DEMOCRATAS (DEM) decidiu abrir processo de expulsão contra o senador Demóstenes Torres (GO). O anúncio foi feito ontem pelo presidente do DEM, senador José Agripino (RN).

— Pela reiterada perda da conduta partidária, decidimos abrir um processo de expulsão do senador Demóstenes Torres. Eu diria que dificilmente o partido tomará outra decisão — disse Agripino.

Demóstenes é suspeito de manter ligação criminosa com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, preso em Goiás pela Polícia Federal sob a acusação de participar de um esquema ilegal de exploração de jogos.

Em discursos no Plenário, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ana Amélia (PP-RS) pediram que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado tome providências em relação às acusações contra Demóstenes.

Ana Amélia também afirmou ser necessária a atuação da Corregedoria do Senado no caso. Suplicy pediu a interferência da Procuradoria-Geral da República.

A senadora disse que o caso de Demóstenes faz com que

o eleitor perca a confiança na política, nos partidos e no poder público — principalmente porque o senador vinha se destacando por pregar o fim da corrupção e defender a ética na política.

Ela lembrou que, “ironicamente”, o senador foi relator no Senado do projeto que resultou na Lei da Ficha Limpa. A senadora acrescentou, no entanto, que o povo brasileiro não deve associar os erros praticados por membros do Legislativo ao Poder em si.

— Os senadores passam. O Senado, como instituição, fica. E será tanto mais fortalecido quanto mais rápidas as suas instâncias reagirem no caso Demóstenes Torres. Nós temos que ser implacáveis com essas questões, sob pena de desmoralizarmos a própria instituição da qual fazemos parte.

Explicações

O senador Eduardo Suplicy, por sua vez, reforçou o pedido para que Demóstenes esclareça, na tribuna do Senado, suas relações com Carlinhos Cachoeira.

— Na sua primeira manifestação em Plenário, o senador Demóstenes Torres afirmou a

todos nós que não mantinha relações políticas, financeiras ou de qualquer ordem com o senhor Cachoeira. Disse textualmente que apenas tinha com o citado senhor relações de origem estritamente privada. Não é, porém, o que constatamos ao ouvir e ler as gravações telefônicas publicadas pelos meios de comunicação. Daí porque considero muito necessário que o senador ocupe a tribuna do Senado — disse Suplicy.

Quando se defendeu no Plenário, o senador do DEM recebeu o apoio público de 44 senadores.

Para Suplicy, é necessário assegurar a Demóstenes o direito de defesa, antes de se propor renúncia, cassação ou qualquer outra punição política. Para o senador, se for confirmado o relacionamento entre Demóstenes e Carlinhos Cachoeira, com a possível utilização do mandato para o recebimento de vantagens indevidas, fica caracterizada uma “irregularidade grave”.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou “tristeza” e “perplexidade” diante das denúncias envolvendo Demóstenes Torres.

PSDB pede investigação sobre doações ao PT catarinense

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou ontem que a bancada de seu partido encaminhou representação à Comissão de Ética Pública da Presidência da República pedindo abertura de investigação sobre denúncias de doações irregulares feitas ao PT durante a campanha eleitoral de 2010 em Santa Catarina.

As denúncias, publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, indicam que, depois de ser contratada para fornecer lanchas ao Ministério da Pesca, a empresa Intech Boating teria sido procurada para fazer doação à campanha petista.

O senador observou que a licitação vencida pela empresa foi contestada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

— Foram inúmeras as irregularidades atestadas pelo TCU. Nós não conseguimos cópia desse relatório. Agora se encontra no estágio da tomada de conta especial, fase em que os envolvidos em irregularidades são ouvidos pelo TCU, inclusive com os seus advogados — disse o parlamentar.

Alvaro sugeriu que a Comissão de Ética da Presidência ouça o deputado federal Luiz Sérgio (PT-RJ), que, em junho



Alvaro Dias quer que ex-ministro da Pesca Luiz Sérgio seja ouvido

de 2011, deixou o comando da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência para assumir o Ministério da Pesca e Aquicultura, trocando de lugar com Ideli Salvatti.

Ideli foi candidata ao governo de Santa Catarina em 2010 e chefiou o Ministério da Pesca de janeiro a junho de 2011.

SUS oferece novos exames para garantir gravidez saudável

Entre os novos procedimentos acrescidos à lista de assistência pré-natal, está o que detecta anemia falciforme, doença que afeta sobretudo a população negra. Controle de pressão arterial é outra medida essencial para evitar problemas sérios para mãe e bebê durante a gestação e o parto

Joseana Paganine

A SAÚDE DA mulher durante a gravidez é auxiliada por uma série de cuidados recebidos durante a fase pré-natal. Além de boa alimentação e hábitos saudáveis, ter acompanhamento médico e realizar os exames indicados são medidas necessárias para diminuir riscos ligados à gestação, o que pode levar, inclusive, à morte da mãe e do bebê.

Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) dispõe de 24 exames pré-natais. Desses, 15 foram acrescentados à lista com a criação da Rede Cegonha, programa do Ministério da Saúde que qualifica a assistência à gestante no SUS. Em cerimônia de lançamento do programa em Belo Horizonte, na última quarta-feira, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse que a Rede Cegonha contará com R\$ 9,3 bilhões do orçamento do ministério para investimentos até 2014.

Entre as novidades, está um exame importante: a eletroforese de hemoglobina, que detecta a anemia falciforme, doença grave comum na população negra.

— Esperamos que esse exame ajude a reduzir os problemas relacionados à doença — explicou a coordenadora nacional de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Maria Esther Vilela.

A anemia falciforme é uma doença do sangue, hereditária e crônica, que, sem tratamento, pode levar à morte. Os sintomas incluem dores no corpo e úlceras na perna. Segundo o ministério, 3 mil bebês nascem com a doença todos os anos no país. Das crianças doentes que não são tratadas desde o nascimento, 80% morrem antes dos 5 anos. O mal também pode ser descoberto pelo teste do pezinho, exame laboratorial simples que detecta precocemente doenças metabólicas, genéticas ou infecciosas que podem causar lesões irreversíveis ao bebê.

Para ter acesso aos recursos do ministério para a realização dos novos exames pré-natais, inclusive o de anemia falciforme, estados e municípios podem fazer a adesão rápida ao Rede Cegonha. Até o momento, 23 estados e 1.685 municípios já aderiram.

Em outubro passado, a Comissão de Direitos Humanos



Grávidas recebem informações sobre gestação e parto em programa mantido pela Prefeitura de Olinda

(CDH) realizou audiência pública com secretários de Saúde para discutir a necessidade da identificação precoce da anemia falciforme. A audiência foi realizada pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), com o objetivo de chamar a atenção para um grave problema de saúde pública que é, segundo ele, subestimado.

Mais exames

Durante a gravidez, a mulher também deve acompanhar a pressão arterial. Complicações decorrentes de hipertensão em gestantes são a maior causa de problemas na gravidez e no parto. Segundo dados do ministério, ocorrem em cerca de 10% das gestações.

A hipertensão gestacional também é a principal causa de mortalidade materna no Brasil. As outras são hemorragia, infecção pós-parto, doenças circulatórias e aborto (veja matéria na página ao lado).

A presença de doenças sexualmente transmissíveis também precisa ser investigada. A mulher e seu parceiro devem fazer os exames. Em caso de HIV, por exemplo, o uso de remédios reduz para 1% as chances de o bebê ser infectado. Sem a medicação, o risco sobe para 25%.

Ajuda para transporte pode incentivar realização de pré-natal

As gestantes que fazem pré-natal no SUS podem receber até R\$ 50, como auxílio para deslocamento até o hospital ou o posto de saúde. Para isso, os municípios devem se cadastrar na Rede Cegonha e

implantar o Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento, por meio do qual informarão mensalmente ao Ministério da Saúde o número de grávidas que

receberão o benefício.

O ministério estima que, em 2012, 1 milhão de gestantes (mais de 40% das usuárias do SUS) devam receber o auxílio. Até 2013, a meta é alcançar 2,4 milhões de grávidas. A

iniciativa foi elogiada pela senadora Ana Rita (PT-ES), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos. Na avaliação dela, o benefício vai incentivar as gestantes a fazerem os exames pré-natais no SUS.

Cuidados devem começar antes da gestação

Além dos exames pré-natais, a mulher deve adotar precauções antes de engravidar, como se vacinar contra algumas doenças. A rede pública oferece a vacina dupla viral, que protege contra sarampo, rubéola e caxumba. A rubéola, por exemplo, é uma doença infecciosa, sem grandes consequências para crianças e adultos, mas potencialmente grave em gestantes, pois pode causar malformação no feto.

O Ministério da Saúde também recomenda que a mulher tome comprimidos de ácido fólico três meses antes de engravidar. A intenção é evitar malformação da medula óssea e da meninge, membrana que reveste e protege parte do cérebro.

Quem deseja engravidar também precisa alimentar-se

de forma saudável, evitando gorduras, produtos industrializados, bebidas alcoólicas e fumo. Deve tomar cuidado, no entanto, com alimentos crus, pois oferecem risco de contaminação por toxoplasma, parasita que pode causar aborto ou malformação no feto. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recomenda não comer carnes cruas ou malpassadas e deixar hortaliças de molho em água clorada (veja Saiba Mais).

O ministério alerta ainda para o uso de produtos cosméticos. Cremes com ácido retinoico e vitamina A, por exemplo, devem ser evitados por quem está tentando engravidar. Escova progressiva, alisamentos e tinturas também devem ser evitados, pois contêm produtos tóxicos nas fórmulas.

Lista completa de exames pré-natais

- ▶ Grupo sanguíneo e fator Rh
 - ▶ Sorologia para sífilis (VDRL)
 - ▶ Urina tipo 1
 - ▶ Hemoglobina e hematócrito (Hb/Ht)
 - ▶ Glicemia de jejum
 - ▶ Teste anti-HIV com aconselhamento pré-teste e consentimento da mulher
 - ▶ Sorologia para hepatite B (HBsAg)
 - ▶ Sorologia para toxoplasmose
 - ▶ Colpocitologia oncolítica, quando houver indicação
- NOVOS EXAMES**
- ▶ Teste rápido de gravidez
 - ▶ Teste rápido de sífilis
 - ▶ Teste rápido de HIV
 - ▶ Cultura de bactérias para identificação (urina)
 - ▶ Acréscimo de mais um exame de hematócrito, hemoglobina
 - ▶ Ampliação do ultrassom obstétrico para 100% das gestantes
 - ▶ Proteinúria (teste rápido)
 - ▶ Teste indireto de antígeno humano (TIA) para gestantes que apresentarem Rh negativo
 - ▶ Eletroforese de hemoglobina

EXAMES ADICIONAIS PARA GESTANTES DE ALTO RISCO

- ▶ Contagem de plaquetas
- ▶ Dosagem de proteínas (urina 24 horas)
- ▶ Dosagens de ureia, creatinina e ácido úrico
- ▶ Eletrocardiograma
- ▶ Ultrassom obstétrico com Doppler
- ▶ Cardiocografia anteparto



Mãe cuida de prematuro pelo método canguru, em maternidade potiguar

Projetos sobre saúde da mulher e do bebê

- PLS 238/11, de Vanessa Graziotin** — Determina que o SUS vacine mulheres contra o vírus HPV, uma das maiores causas de câncer do colo do útero.
- PLS 57/08, de Inácio Arruda** — Assegura acesso, pelo SUS, a exames de prevenção ao câncer de mama.
- PLS 475/11, de Humberto Costa** — Aprovado no final de março pelo Senado, estabelece princípios para planos de saúde privados. Entre eles, está o estímulo ao parto normal.
- PLS 240/07, de Paulo Paim** — Torna obrigatório o teste do olhinho.
- PLS 510/07, do senador licenciado Edison Lobão** — Torna obrigatórios o diagnóstico e a terapêutica de anormalidades na visão e na audição dos recém-nascidos.

Saiba mais



Adesão ao Rede Cegonha
<http://bit.ly/redeCegonha>

Cartilha Boas Práticas de Serviços de Alimentação
<http://bit.ly/ServicosAlimentacao>

Portal Saúde da Mulher
<http://bit.ly/saudeMulher>

Mortalidade materna no Brasil
<http://bit.ly/mortalidadeMaterna>

Confira outras edições do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Brasil precisa reduzir mortalidade materna

Apesar dos avanços, o Brasil não deve conseguir atingir a meta de redução da mortalidade materna estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A previsão é da revista médica inglesa *The Lancet*, que lançou, em 2011, um número dedicado à saúde no Brasil.

A meta é que os países reduzam em 75%, até 2015, os índices de mortalidade materna apresentados em 1990. Em 20 anos, o índice brasileiro caiu quase pela metade, de 141 para 68 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. A meta é de 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos até 2015. Embora a queda seja significativa, a revista inglesa afirma que a média anual brasileira de declínio é insuficiente para alcançar a meta.

O governo federal, entretanto, tem outra avaliação. Balanço de mortalidade materna em 2010, divulgado em fevereiro pelo Ministério da Saúde, mostrou que, em 2011, houve a maior redução de mortes dos últimos 10 anos, com queda de 19% em relação a 2010. A partir de agora, o ministério deve concentrar investimentos nas regiões Norte e Nordeste, onde a proporção de óbitos é maior.

Em audiência pública sobre os desafios para promoção da saúde da mulher, a senadora Ângela Portela (PT-RR) lembrou que a redução da mortalidade materna é justamente um dos objetivos da Rede Cegonha. Segundo ela, 930 mil gestantes foram atendidas entre março de 2011 e março de 2012. A audiência foi realizada pela Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, vinculada à CDH, para marcar a passagem do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

Na avaliação de especialistas, porém, é preciso fazer mais do que ampliar o atendimento. A discriminação étnica e racial e a falta de conhecimento da diversidade cultural brasileira por parte dos profissionais de saúde são entraves à qualidade do pré-natal

realizado no Brasil. Segundo a antropóloga Lia Zanotta, mulheres denunciam sofrer vários tipos de preconceito em hospitais.

— O combate ao preconceito é fundamental para melhorar o atendimento e alcançar a redução da mortalidade materna pretendida pela Rede Cegonha — avaliou Lia.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), em discurso realizado em Plenário sobre o assunto, afirmou que a redução da taxa de mortalidade materna é um dos maiores desafios dos sistemas de saúde brasileiro e mundial. Ela informou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o problema uma “epidemia silenciosa” que vitima mais de 500 mil mulheres anualmente em todo o planeta.

Novo milênio

Melhorar saúde materna é objetivo para os próximos anos

Em 2000, os 191 países membros das Nações Unidas assinaram a Declaração do Milênio, que estabeleceu oito compromissos para melhorar a qualidade de vida da população mundial. Desde então, instituições governamentais e não governamentais adotaram os compromissos como referência:

- 1 Erradicar a pobreza e a fome
- 2 Universalizar a educação primária
- 3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- 4 Reduzir a mortalidade na infância
- 5 Melhorar a saúde materna
- 6 Combater HIV/Aids, malária e outras doenças
- 7 Garantir a sustentabilidade ambiental
- 8 Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Número de estupros e tráfico de drogas também aumentou entre 2010 e 2011, segundo Secretaria de Segurança, em área que se estende a municípios de Goiás e Minas Gerais

Índice de homicídios cresce no Distrito Federal



Rosa Maria critica a desestruturação da assistência social, ao lado de major Aragon, Rollemberg e coronel Jailson Braz

A PARCERIA DOS governos do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais em ações coordenadas de segurança pública ainda não foi suficiente para reduzir a incidência de alguns crimes na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). O registro de homicídios, estupro e tráfico de drogas no DF aumentou entre 2010 e 2011, conforme foi constatado ontem em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal revelam aumento de 13,2% nos homicídios: de 638, em 2010, para 722, em 2011. Os casos de estupro avançaram 26,3% no período e os registros de tráfico de drogas foram ampliados em 33,2%.

os dois principais problemas de segurança no Entorno do DF. Ele disse que a corporação fez 446 prisões desde o início de sua atuação na área, em 2007. Mais do que o combate à criminalidade, Aragon defendeu uma intervenção baseada em ações socioeducacionais, inclusive a mediação de conflitos familiares.

— A chave é buscar recuperar a juventude, que está desassistida — afirmou o major.

A coordenadora do Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes de Águas Lindas de Goiás (GO), Rosa Maria dos Santos, concordou que policiamento não é tudo e reclamou da desestruturação desse serviço no município pelo Ministério da Justiça.

— Ficamos lá de 2008 a 2011 prestando assistência com advogado, assistente

social e psicóloga. A Secretaria de Direitos Humanos acabou com o projeto em dezembro de 2011 dizendo que ia criar centros de referência, mas até hoje estamos sem assistência

— disse Rosa.

Se a média nacional é de 26 homicídios por 100 mil habitantes, em algumas cidades do entorno do DF essa incidência chega a 70 homicídios por 100 mil habitantes, segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— Isso exige das autoridades ação coordenada firme e regular para garantir políticas públicas que melhorem as condições de vida. Investir no Entorno não é responsabilidade só de Goiás, mas também do Distrito Federal e da União — disse o senador, que requereu a audiência pública sobre a segurança pública na CDR.

O debate foi o primeiro de um ciclo sobre desenvolvimento sustentável na comissão. Na próxima segunda-feira, dia 9, a comissão discutirá perspectivas para educação básica, técnica e superior.

De acordo com o coronel Jailson Ferreira Braz, da Secretaria de Segurança Pública, algumas regiões administrativas, como o Varjão e a Estrutural, concentram índices de criminalidade até duas vezes maiores que as registradas na região do Entorno. A Ride-DF agrega 30 regiões administrativas do Distrito Federal, 19 municípios de Goiás e três municípios de Minas Gerais.

A meta da segurança pública no DF, segundo Jailson Braz, é reduzir a criminalidade em 8% em 2012. Até lá, terá como desafio desafogar um sistema prisional que já excedeu sua capacidade em 53%. Ele creditou a elevação dos registros de alguns tipos de crime ao aumento da ação policial e citou pesquisa do Instituto Médico Legal, realizada em 2010, que identificou a ingestão de drogas em 63% das vítimas de homicídio.

Diretor da Força Nacional de Segurança Pública, o major Alexandre Augusto Aragon apontou o sequestro relâmpago e o furto de veículos como

A solução é tentar recuperar a juventude, segundo major da Polícia Militar

Entorno do DF tem carência de infraestrutura

A Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) foi criada pela Lei Complementar 94, que foi sancionada pelo presidente da República em 1998.

Além do Distrito Federal, compõem a Ride municípios goianos (Abadiânia, Águas Lindas de Goiás, Água Fria de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Val-

paraíso de Goiás e Vila Boa) e mineiros (Unaí, Cabeceira Grande e Buritis).

A região sofre com uma série de problemas, como falta de infraestrutura, transporte, saúde e segurança pública.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) das cidades goianas do Entorno está entre 0,6 e 0,7 (dados disponíveis em 2000) — numa escala que vai até 1.

Outra preocupação das autoridades é a explosão demográfica.

De acordo com dados do Censo 2010, a população somada do Entorno e do

Distrito Federal é de 3,7 milhões.

Segundo um estudo feito pela Codeplan, o produto interno bruto (PIB) *per capita* dos municípios em 2003 varia de R\$ 1.758 (Águas Lindas de Goiás) a R\$ 12.060 (Água Fria de Goiás).

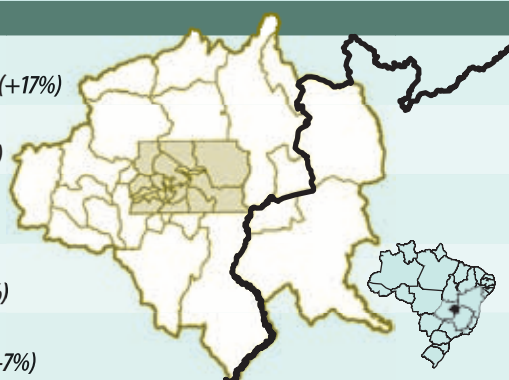
Em Águas Lindas de Goiás, o número de mortes entre menores de 1 ano é de 23 crianças, em média, ao passo que entre os de 15 a 19 anos é de 15 jovens, chegando a 32 pessoas entre os de 20 a 29 anos. Essas duas últimas faixas etárias são as mais sujeitas à violência, uma das maiores chagas do Entorno.

O avanço da violência

A Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno agrega 30 regiões administrativas do Distrito Federal, 19 municípios de Goiás e três municípios de Minas Gerais

CRIMES

tentativa de homicídio	2010	1018	2011	1191 (+17%)
homicídio	2010	638	2011	722 (+13,2%)
tentativa de estupro	2010	62	2011	84 (+35,5%)
estupro	2010	585	2011	739 (+26,3%)
lesão corporal	2010	10838	2011	10081 (-7%)



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública (GDF)

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Cristovam: “Ninguém será preso por puxar a orelha do filho”

A violência doméstica é a principal razão de haver crianças na rua, o que leva à baixa aprendizagem e ao desajuste social, disse Cristovam Buarque (PDT-DF), ao pedir que os deputados enviem ao Senado o projeto que proíbe os pais de castigarem fisicamente os filhos. Segundo o senador, 18 mil crianças foram vítimas de violência grave no Brasil em 2010, e o projeto (PL 7.672/10) busca apenas regulamentar o tratamento dado a esse tipo de caso.

Cristovam garantiu que, apesar do apelido de “Lei da Palmada”, o projeto não prevê a prisão de ninguém por dar um “puxão de orelha” no filho — temor que motivou recursos para votação no Plenário da Câmara.



Segundo Cristovam, violência doméstica leva crianças às ruas

Paim defende política especial para autistas

No Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, Paulo Paim (PT-RS) defendeu o projeto que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Autista. O PLS 168/11 foi aprovado pelo Senado em 2011 e aguarda votação no Plenário da Câmara.

A proposta, segundo o senador, reconhece o autista como pessoa com deficiência e prevê garantia de diagnóstico precoce, tratamento multidisciplinar, acompanhamento para as famílias, educação adequada, direito ao lazer, estatísticas e direito a horário especial no trabalho.

— Hoje, as pessoas com deficiência já têm à disposição procedimentos médicos, pedagógicos e psicológicos, capazes de garantir sua inclusão na sociedade. A sensibilidade e a observação dos pais também são fundamentais para o progresso dos filhos autistas — afirmou Paim.

Especialistas defenderam no Senado contrapartidas das empresas para redução dos custos com a folha e cobraram garantias para a Previdência



Apesar de representarem ministérios no debate presidido por Paim (3º à esq.), Pereira (2º à esq.) e Zilmara também colocam em dúvida resultados da desoneração

Desonerar a folha só se empregos forem mantidos, sugerem analistas

A IMPORTÂNCIA DE o governo garantir a manutenção dos empregos em contrapartida à desoneração da folha de pagamento de salários foi defendida ontem durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. Participantes do debate também mostraram preocupação com a sustentabilidade do modelo de financiamento da Previdência Social.

A desoneração da folha de pagamento foi anunciada no ano passado pelo governo federal, junto com o Plano Brasil Maior. A medida zerou a alíquota de 20% de contribuição patronal de alguns setores para a Previdência. Em troca, instituiu o pagamento pelas empresas do equivalente a 1,5% ou 2,5% (dependendo do segmento) sobre o faturamento bruto.

Como forma de aquecer a economia, o governo vem negociando a ampliação da medida para outros setores da indústria e estuda limitar a nova contribuição a 1% do faturamento das empresas.

A secretária de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Zilmara Alencar, disse que a política econômica do governo deve estar atrelada a uma política social. Para ela, a desoneração

não interessa ao trabalhador. — Receio que não atrelar a política social à política econômica possa gerar um déficit contrário ao que pregamos, que é a geração de um trabalho decente — disse.

Redução de custos pode afetar Previdência

Para o coordenador-geral de Estatística e Demografia Atuária do Ministério da Previdência, Eduardo Pereira, o governo precisa assegurar uma fonte de financiamento estável que garanta o pagamento dos benefícios.

— Como essa despesa é de longo prazo, tem que ser uma fonte de financiamento estável. Não pode ser uma fonte de financiamento que fique ao sabor das condições econômicas ou da vontade do governo do momento.

Segundo Pereira, a alíquota tem relação com o volume das despesas do setor.

— As alíquotas são altas porque a despesa é alta. Para se discutir uma redução nas alíquotas e uma redução nas receitas, tem que se discutir também uma redução nas despesas.

Para ele, receitas e despesas da Previdência não podem ser tratadas como instrumentos de política econômica.

— Mexer nessas contribuições em função de questões

mais conjunturais é uma abordagem perigosa porque, de repente, será necessário mexer nessas alíquotas novamente. E será possível subir a contribuição sobre a folha novamente?

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), também manifestou preocupação de que a medida afete as contas da Previdência. Segundo ele, a decisão de desonerar a folha para estimular a economia não pode comprometer os benefícios do trabalhador.

Sindicalistas criticam forma de diminuir despesas

Está previsto para hoje o anúncio de mais setores da economia beneficiados com a desoneração da folha salarial, ou seja, a redução dos encargos trabalhistas pagos pelos empresários. Ontem, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sindicatos de trabalhadores disseram que a forma como a desoneração vem sendo proposta pelo governo vai prejudicar a Previdência Social, que tem esses encargos entre suas fontes de recursos.

Diretor executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antonio Lisboa disse que “não se pode ser contra a desoneração, ao menos em

tese, mas é necessário questionar quais serão as contrapartidas dessa medida”.

— É necessário discutir como a arrecadação da Previdência vai se manter. É preciso perguntar se a desoneração gera mais empregos, que tipo de empregos gera e se o aumento do lucro das empresas será acompanhado pela participação do trabalhador nesse lucro — acrescentou.

Segundo Antonio Lisboa, o modelo de seguridade social do Brasil tem de ser preservado e não pode ser alterado devido a “questões conjunturais”. O argumento também foi levantado por José Augusto da Silva Filho, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, e pelo presi-

dente da comissão, Paulo Paim.

Para o deputado Laercio Oliveira (PR-SE), um dos vice-presidentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), uma desoneração pode ser benéfica, desde que estimule a formalidade no mercado de trabalho, torne as empresas brasileiras mais competitivas e fortaleça a Previdência Social. Mas ele questionou se o modelo em debate fortalece a Previdência. Argumentou ainda que “os empresários desejam e trabalham por uma reforma tributária, e não pela desoneração”.

— A desoneração é uma fuga, já que o governo não se dispõe a fazer uma reforma que

solucione de vez o problema da enorme carga tributária do país — disse ele.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), as ações do governo parecem uma “colcha de retalhos de políticas econômicas e sociais, nas quais falta uma visão mais ampla”.

Apesar de considerar que a desoneração da folha salarial pode ser necessária, o senador afirmou que a competitividade não vem necessariamente da redução dos custos de produção, mas sim da inovação na produção.

— Agora o governo reduziu os recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso vai contra a ideia de competitividade — protestou.

Senadores pedem a Dilma instalação rápida da Comissão da Verdade

Ao lembrarem em pronunciamentos, ontem, o aniversário do golpe militar de 31 de março de 1964, os senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues pediram à presidente Dilma Rousseff rapidez na instalação da Comissão da Verdade — que deverá

esclarecer violações de direitos humanos ocorridas durante o período. Capiberibe comentou as comemorações da data por parte dos militares dizendo que o 31 de março é um dia de luto. Randolfe também criticou as celebrações do golpe, mas afirmou que os militares não foram

os únicos responsáveis pelo regime e destacou o papel que a Comissão da Verdade pode ter para a reconciliação nacional. Anibal Diniz apontou o encontro entre os ex-presidentes Lula e Fernando Henrique, na semana passada, como símbolo da consolidação da democracia.

Jucá quer substituto para Código de Mineração, de 1967

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ontem que o governo apresente, com urgência, o projeto de um novo Código de Mineração.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ele disse que a legislação deve ser pensada levando-se em consideração a responsabilidade com o meio ambiente e com o desenvolvimento do país. O atual Código de Mineração é de 1967.

— É fundamental que as riquezas extraídas do minério possam ter sua ação modernizada, possam ter a condição de remunerar melhor a União, os estados, os municípios. E que também possa ser redimensionada a utilização do minério, no sentido de não haver reservas estratégicas que fiquem anos sem exploração, devido a interesses de setores de congelar a exploração mineral em determinadas áreas — explicou o senador.

Romero Jucá afirmou que vai convidar o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e os diretores-gerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para debater o tema nas comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Em aparte, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que, além do foco na extração e no desenvolvimento sustentável, é necessária uma reestruturação do DNPM.

Segundo ele, o departamento precisa ser fortalecido com recursos humanos e materiais.



Senador lembra a história da ditadura militar



Randolfe: Congresso ajudou a derrubar Jango



Líderes marcaram redemocratização, diz o senador

Para Capiberibe, história do regime militar ainda é mal contada

João Capiberibe (PSB-AP) fez ontem uma retrospectiva dos acontecimentos decorrentes do golpe militar de 31 de março de 1964, pedindo à presidente Dilma Rousseff que instale rapidamente a Comissão da Verdade, para esclarecer denúncias de violações dos direitos humanos no Brasil entre 1946 e 1988.

— A partir do golpe, o país amargou 21 anos de ditadura. Contra a democracia, rasgaram a Constituição, fecharam o Congresso, cassaram mandatos, prenderam, torturaram e exilaram centenas, milhares de brasileiros — disse o senador.

Para Capiberibe, a história do regime militar ainda é mal contada. Ele homenageou brasileiros que se sacrificaram pela democracia, citando a própria presidente Dilma. Ao comentar comemorações feitas por militares da reserva, ele afirmou que 31 de março é um dia de luto.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) apoiaram o pedido pela rápida implantação da Comissão da Verdade.

Randolfe ressalta que militares não foram os únicos autores do regime

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) reforçou o pedido para que a presidente Dilma Rousseff instale imediatamente a Comissão da Verdade. A matéria (PLC 88/11) foi aprovada pelo Senado em outubro, dando origem à Lei 12.528/11.

— É fundamental para que nós possamos fazer a reconciliação nacional, porque não se faz reconciliação nacional quando o próprio país não faz a sua autopsicologia, não faz sua autocrítica — disse o senador.

Randolfe criticou as celebrações do golpe, observando que o próprio termo “celebração” seria equivocado, e destacou trechos de artigo da jornalista Hildegard Angel, que estava na manifestação contrária ao encontro dos militares que, no dia 31 de março, se reuniram no Clube Militar do Rio de Janeiro para protestar contra a Comissão da Verdade. O senador ressaltou que os militares não podem ser apontados como únicos autores do regime.

— Mesmo tendo sido depois vítima, o Congresso participou [do golpe] porque declarou vaga a função de presidente da República, ferindo a Constituição.

Anibal diz que encontro de Lula e FHC mostra solidez da democracia

Ao registrar o aniversário de 48 anos do golpe militar de 1964, Anibal Diniz (PT-AC) afirmou ontem que o Brasil agora vive os “ares saudáveis da democracia”, com a consolidação da vida institucional. Em sua avaliação, um ato em especial simbolizou verdadeiramente o momento: o encontro entre os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, na semana passada.

Para o senador, o encontro foi simbólico porque os dois líderes marcaram o período de redemocratização. Anibal citou artigo publicado na revista *Época* para descrever a visita de FHC a Lula. No texto, a revista classifica o encontro como uma “demonstração do amadurecimento das instituições brasileiras”.

Mesmo de gerações diferentes, destaca o artigo, os dois ex-presidentes foram contemporâneos no processo de redemocratização do país, participando juntos de articulações para criar um partido socialista até se separarem para investir em projetos distintos.

Rollemberg destaca campanha pelo respeito à faixa de pedestres

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) comemorou ontem os 15 anos da mobilização pelo respeito à faixa de pedestres em Brasília. A capital do país foi a primeira cidade brasileira a fazer campanha sistemática pelo respeito à faixa, a partir de 1º de abril de 1997, no mandato do ex-governador e atual senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Rollemberg elogiou Cristovam, lembrando que ele levou a campanha à frente mesmo contra a opinião de alguns de seus assessores.

— Se formos imaginar o

custo de uma campanha dessas, de um esforço desses, em relação ao benefício que produziu para o conjunto da população, vamos perceber que a relação custo-benefício é muito favorável ao interesse coletivo — disse Rollemberg.

O senador criticou a qualidade do transporte coletivo em Brasília, que classificou como “uma indignidade, uma agressão à cidadania, um desrespeito ao cidadão”. Segundo ele, os ônibus estão entre os mais velhos do país, além de apresentarem superlotação e problemas



Nas ruas de Brasília, os pedestres têm prioridade para atravessar a rua na faixa, graças a uma campanha de 1997

mecânicos frequentes.

Em aparte, Cristovam lembrou que a campanha foi de

“educação e cidadania”, em que as crianças nas escolas de Brasília tiveram um impor-

ante papel de educadores, ao cobrarem de seus pais, dentro dos carros, o respeito às faixas.